

PATRIMÔNIO ■ Especialistas cobram ação mais efetiva

Cartilha ensina a preservar Brasília

Marcella Oliveira

Evitar novos puxadinhos em áreas comerciais, impedir construções de sétimo andar em prédios no Plano Piloto e tirar os outdoors das ruas. Essas são ações recomendadas para se preservar o projeto original de Brasília. Despertar para a importância de ações como essas é o objetivo do informativo *Plano Piloto 50 anos – Cartilha de Preservação de Brasília*, que será lançado hoje pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Com tiragem de 6 mil exemplares, a cartilha falará sobre o tombamento da capital do país.

A cartilha será lançada em 2007 por ser o ano em que se comemora o cinquentenário do Relatório do Plano Piloto elaborado pelo urbanista Lúcio Costa, além do centenário do arquiteto Oscar Niemeyer, que o completa em dezembro.

Os puxadinhos, a degradação da Avenida W3, a construção de edifícios com sete andares, o excesso de outdoors, banners ou faixas espalhados pelas ruas e as construções na orla do Lago Paranoá são algumas das medidas que violam o plano original da cidade, que constitui patrimônio cultural da humanidade.

A cartilha dificilmente resolverá problemas maiores. Pioneiro e hoje presidente do Instituto Geográfico e Histórico de Brasília, o coronel Afonso Heliodoro diz que o projeto de Lúcio Costa é genial e como ele não há outro no mundo. No entanto, ele afirma que o projeto foi desvirtuado e cita como exemplo as áreas comer-



ARQUIVO JB

“Daqui a pouco o céu maravilhoso de Brasília desaparece, o que será um crime contra o patrimônio. O Iphan se descuidou

Afonso Heliodoro, pioneiro

ciais de cada quadra residencial.

– O projeto previa que cada quadra oferecesse todos os serviços necessários aos moradores, como açougue, padaria e farmácia. Por isso as lojas são pequenas. No entanto, hoje há empresas que ocupam todas as lojas de um prédio e existem quadras que aglomeram lojas que prestam um mesmo serviço, como as farmácias e as elétricas –

critica o pioneiro.

Para Heliodoro, a preservação da cidade tem sido péssima, permitindo que se tomem muitas iniciativas que na verdade são proibidas. O coronel afirma que as regras deveriam ser seguidas não apenas no Plano Piloto, mas em todo o Distrito Federal.

– Daqui a pouco o céu maravilhoso de Brasília desaparece, o que será um crime contra o patrimônio. O Iphan andou se descuidando um pouco dessa questão. E se o governo não tomar a frente dessa defesa agora, Brasília pode perder a condição de patrimônio cultural da humanidade – acredita Heliodoro.

Para o representante do escritório de Niemeyer em Brasília, Carlos Magalhães, falta sensibilidade aos governos federal e local, que deveriam conhecer os documentos que levaram a cidade a ser considerada patrimônio cultural da humanidade pela Unesco.

– É preciso elaborar um documento pormenorizado, falar de maneira séria em preservação para que as pessoas fiquem com receio de fazer a coisa errada em vez de lançar uma cartilha. A punição precisaria ser mais severa – defende Magalhães.

Magalhães propõe que a preocupação com a preservação não se limite a flagrar construções fixas, mas também estruturas temporárias. Ele critica, por exemplo, a tenda montada no Complexo Cultural da República para abrigar a Feira Nacional de Ciência e Tecnologia.

– Furaram a praça para colocar uma estrutura de metal que segura a lona e ninguém impediu que fizessem isso. É temporário, mas não deixa de causar um dano à nossa cultura e à cidadania – afirma Magalhães. – Tinham de adotar um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) para punir quem agride o patrimônio da cidade – acrescentou.